DIOVANE FRANCO
ADVOGADOS

EDIÇÃO 03 · 2026



INFORMATIVO MENSAL

Direito Ambiental & Agronegócio

Decisões comentadas, fiscalização e notícias para o produtor rural

EDIÇÃO DE

Março de 2026

"Embargo não é eterno: prazo, finalidade e prova derrubam autuação."





NESTA EDIÇÃO

Sumário

1 **Julgados do mês, comentados**
18 decisões em 2 tribunais

2 **Os números da fiscalização**
Autuações e embargos do IBAMA e da SEMA-MT

3 **Notícias do mês**
8 notícias que afetam o produtor rural

4 **Assessoria que protege**
Por que contar com especialistas

18	2.308	8
DECISÕES	AUTUAÇÕES	NOTÍCIAS

— Editorial

Março de 2026 consolidou duas frentes que se cruzam no dia a dia do produtor autuado: o tempo e o crédito. No campo do tempo, o STJ reafirmou que apenas atos que efetivamente impulsionam o processo interrompem a prescrição intercorrente administrativa, o que dialoga diretamente com os casos que acompanhamos no mês — da liminar que suspendeu multa do Ibama por prescrição de três anos às decisões que anularam embargos antigos em imóveis já inscritos no PRA ou com área regenerada comprovada por perícia. No campo do crédito, o Provimento 216 do CNJ passou a uniformizar o processamento das recuperações judiciais de produtores rurais, exigindo documentação e perícia prévia mais rigorosas, enquanto a discussão sobre os limites normativos do Conselho já começou. A fiscalização, por sua vez, não arrefeceu: operações integradas na Amazônia seguiram autuando desmatamento ilegal, descumprimento de embargo e pecuária sem licença, e em Mato Grosso a Sema levou a regularização ambiental ao Show Safra, com balcão de atendimento ao produtor, e renovou com a prefeitura a segunda fase do projeto 'Lucas do Rio Verde Legal', que busca regularizar todas as propriedades rurais do município. Ao mesmo tempo, o Congresso colocou em regime de urgência projeto que pretende eliminar o embargo remoto, e o STF começou a julgar as ações sobre as leis estaduais ligadas à Moratória da Soja — temas que redefinem a régua da autuação e da comercialização. Para quem tem embargo ou auto de infração em aberto, a lição do mês é a de sempre, agora com reforço jurisprudencial: prazo, finalidade do ato e prova técnica continuam sendo o tripé da defesa.

— Equipe Diovane Franco Advogados · OAB/MT 29.530

1. Julgados do mês, comentados

As 18 decisões ambientais analisadas pelo escritório em Março. Toque em qualquer uma para ler o comentário completo no site.

TRF-1 · 11/03

Justiça Federal em Marabá anula embargo do IBAMA de 2003 em imóvel com PRA

Vara Federal de Marabá anula embargo de 2003 reconhecendo efeitos automáticos do PRA. Decisão confirma que adesão ao programa estadual suspende sanções federais antigas e veda exigências adicionais como reposição florestal.

Área rural consolidada · Embargo ambiental

Ler no site ›

TJMT · 11/03

Edital irregular leva juiz de Cuiabá a suspender multa e embargo da SEMA-MT

A Vara Especializada do Meio Ambiente de Cuiabá suspendeu, em tutela de urgência, multa e embargo da SEMA/MT porque o autuado foi notificado por edital embora seu endereço constasse do próprio auto de infração. A decisão é provisória.

devido processo legal · Embargo ambiental

Ler no site ›

TRF-1

12 decisões

11/03

Justiça Federal em Marabá anula embargo do IBAMA de 2003 em imóvel com PRA

Vara Federal de Marabá anula embargo de 2003 reconhecendo efeitos automáticos do PRA. Decisão confirma que adesão ao programa estadual suspende sanções federais antigas e veda exigências adicionais como reposição florestal.

Área rural consolidada · Embargo ambiental · Federalismo cooperativo · 1006445-46.2024.4.01.3901 **Ler completo ›**

13/03

Liminar suspende multa do Ibama por prescrição intercorrente de três anos

Em tutela de urgência, o Juízo Federal de Diamantino (MT) considerou plausível a prescrição intercorrente em processo do Ibama parado por mais de três anos e suspendeu a exigibilidade da multa. O embargo ficou de fora e aguarda o julgamento de IRDR no TRF1.

Embargo ambiental · prescrição intercorrente · processo administrativo ambiental · 1000184-15.2026.4.01.3604

Ler completo ›

14/03

Embargo ambiental de 14 anos: Justiça Federal nega liminar de suspensão

A 8ª Vara Federal de Mato Grosso negou tutela de urgência contra embargos do Ibama lavrados em 2011 e ainda ativos, num caso que expõe a demora na regularização ambiental. Para o juiz, as perícias favoráveis ao produtor, feitas sem a autarquia, dependem da análise do Ibama.

Área rural consolidada · CAR e PRA · duração razoável do processo · 1045052-27.2025.4.01.3600 **Ler completo ›**

17/03

Suspensão de embargo para imóveis com termo de compromisso no PRA

Decisão judicial determina suspensão de embargo ambiental para produtor que aderiu ao PRA, reconhecendo que termo de compromisso suspende automaticamente sanções anteriores a 2008, sem necessidade de prévia recomposição florestal.

áreas consolidadas · Embargo ambiental · programa regularização ambiental · 1021019-25.2025.4.01.4100

Ler completo ›

18/03

Nulidade de embargo ambiental por dupla sanção reconhecida em decisão judicial

Decisão judicial reconhece que nulidade de auto de infração ambiental por dupla sanção deve alcançar também o termo de embargo correlato, garantindo segurança jurídica ao produtor rural e coibindo bis in idem na fiscalização ambiental.

dupla sanção · Embargo ambiental · non bis in idem · 1005188-75.2022.4.01.3603 **Ler completo ›**

19/03

Perícia comprova regeneração e Justiça cancela embargo ambiental em MT

Sentença da 8ª Vara Federal de Mato Grosso cancela embargo do Ibama depois de a perícia judicial constatar a regeneração da mata ciliar. Para o juízo, o embargo perdeu o objeto, e o Ibama foi condenado em honorários.

Embargo ambiental · prova pericial · regeneração ambiental · 1015360-17.2024.4.01.3600 **Ler completo ›**

20/03

PRAD tem primazia, mas não afasta a indenização por desmatamento na Amazônia

Sentença da Justiça Federal no Amazonas usa o CAR para responsabilizar o declarante pelo desmatamento de 75,34 hectares, dá primazia ao PRAD e condena também à indenização dos danos residuais e interinos. A autodeclaração no cadastro passa a pesar contra o produtor.

cadastro ambiental rural · desmatamento · responsabilidade civil ambiental · 1004071-60.2023.4.01.3200

Ler completo ›

24/03

Agricultura familiar não pode ser alvo de embargo ambiental

Vara Federal de Redenção-PA suspende embargos ambientais contra agricultor familiar, reconhecendo que atividades de subsistência não podem ser embargadas conforme art. 16 do Decreto 6.514/2008. Decisão estabelece precedente importante para assentados da Amazônia Legal.

agricultura familiar · assentamento rural · atividade de subsistência · 1000723-48.2026.4.01.3905 **Ler completo ›**

25/03

Liminar em Sinop suspende embargo ambiental por prescrição quinquenal

Em liminar, a 2ª Vara Federal de Sinop-MT considerou plausível a prescrição quinquenal da pretensão punitiva e suspendeu os efeitos da multa e do embargo, com retirada da lista de áreas embargadas. Depois, o processo foi suspenso até o julgamento do IRDR 94 no TRF1.

Embargo ambiental · prescrição administrativa · processo administrativo ambiental · 1006413-28.2025.4.01.3603

Ler completo ›

27/03

PRA suspende multa ambiental mesmo sem validação técnica do órgão

Vara Federal de Paragominas reconhece direito automático à suspensão de multa ambiental mediante adesão ao PRA, afastando exigências de validação técnica prévia criadas pelo IBAMA sem previsão legal.

código florestal · programa regularização ambiental · suspensão multa ambiental · 1000260-45.2022.4.01.3906

Ler completo ›

30/03

Colheita em área embargada autorizada em razão das enchentes no RS

A 9ª Vara Federal Cível do DF confirmou em sentença a tutela que autorizou, em caráter excepcional, a colheita do milho já plantado em área embargada pelo IBAMA em Bom Jesus/RS, diante da calamidade das enchentes. Após a colheita, o embargo é integralmente restabelecido.

calamidade pública · colheita emergencial · Embargo ambiental · 1035909-66.2024.4.01.3400 Ler completo ›

31/03

Liminar suspende embargo contra produtor que vendeu imóvel antes do dano

Em liminar, a Vara Federal de Redenção-PA mandou o IBAMA suspender os efeitos de dois embargos sobre o acesso ao crédito de produtor que, segundo os documentos, vendeu o imóvel antes do dano. Ele alega que o CAR usado na autuação estava cancelado havia cerca de 5 anos.

crédito rural · Embargo ambiental · responsabilidade propter rem · 1001092-42.2026.4.01.3905 Ler completo ›

TJMT

6 decisões

11/03

Edital irregular leva juiz de Cuiabá a suspender multa e embargo da SEMA-MT

A Vara Especializada do Meio Ambiente de Cuiabá suspendeu, em tutela de urgência, multa e embargo da SEMA/MT porque o autuado foi notificado por edital embora seu endereço constasse do próprio auto de infração. A decisão é provisória.

devido processo legal · Embargo ambiental · notificação por edital · 1006168-84.2026.8.11.0041 Ler completo ›

12/03

Embargo ambiental descumprido com pedido de desembargo pendente

A Justiça de Mato Grosso nega tutela de urgência contra auto de infração por descumprimento de embargo, lavrado com pedido de desembargo pendente, porque subsistiria o descumprimento de outro termo. O juiz não reconheceu nem afastou a mora alegada pelo produtor.

auto de infração · Embargo ambiental · mora administrativa · 1124225-95.2025.8.11.0041 Ler completo ›

13/03

TJMT mantém nulidade de embargo ambiental em área de aceiro florestal

O TJMT manteve, por unanimidade, a sentença que anulou embargo da SEMA-MT em área de Reserva Legal, ao reconhecer que a intervenção foi aceiro florestal, prática preventiva dispensada de autorização. O Estado não apresentou contraprova técnica ao laudo pericial.

aceiro florestal · Embargo ambiental · Regularização ambiental · 1000613-26.2025.8.11.0040 Ler completo ›

16/03

Legitimidade passiva em autuação ambiental exige vínculo com a área

TJMT suspende execução fiscal de multa ambiental ao reconhecer indícios de ilegitimidade passiva. Decisão reforça que responsabilização ambiental exige demonstração de vínculo jurídico ou material com a área autuada.

execução fiscal ambiental · legitimidade passiva · responsabilidade ambiental · 1010551-34.2026.8.11.0000

Ler completo ›

23/03 TJMT distingue embargo ambiental de seus efeitos expansivos

Em decisão monocrática e provisória, relator do TJMT suspende os efeitos expansivos de embargo ambiental, como o bloqueio de crédito e de GTA no restante do imóvel, e mantém o embargo sobre os 5,56 hectares, mediante contracautela do produtor.

efeitos expansivos do embargo · Embargo ambiental · proporcionalidade · 1007253-34.2026.8.11.0000 Ler completo ›

26/03 Juiz fixa prazo para análise de CAR retificado em Canarana

Vara Ambiental de Cuiabá determina que SEMA/MT analise em 15 dias retificação de CAR pendente há quase 2 anos. Decisão aplica prazo de 180 dias do Decreto 697/2020 e exige comunicação única de pendências, criando precedente importante contra morosidade administrativa.

cadastro ambiental rural · prazo administrativo · tutela de urgência · 1015189-84.2026.8.11.0041 Ler completo ›

2. Os números da fiscalização

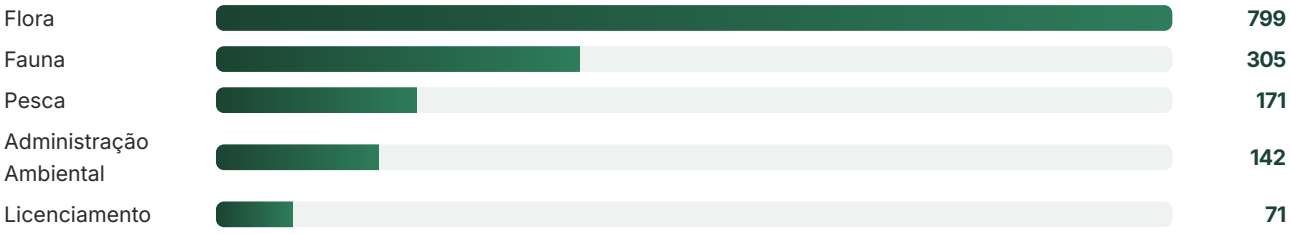
Autuações e embargos lavrados em Março/2026, a partir dos dados oficiais do IBAMA (Dados Abertos) e da SEMA-MT (Transparência).

IBAMA · Brasil autos e embargos — março/2026

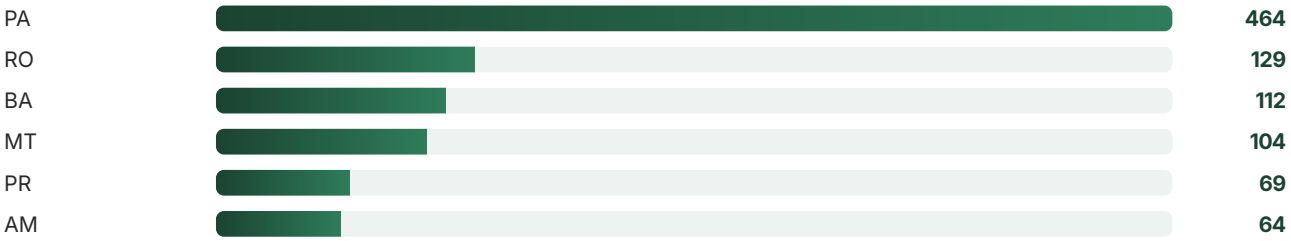
+53,8% vs mar/25

1.721	R$ 757,4 mi	606	R$ 34,8 mi
Autos de infração	Em multas	Embargos	Maior multa
		70.566 ha embargados	PORTO VELHO/RO

AUTOS POR TIPO DE INFRAÇÃO



AUTOS POR ESTADO (TOP 6)



SEMA-MT · Mato Grosso autos e embargos — março/2026

+16,5% vs mar/25

587	R$ 144,9 mi	272	R$ 14,5 mi
Autos de infração	Em multas	Embargos	Maior multa
		21.401 ha embargados	União do Sul

Leitura do mês: o IBAMA lavrou **1.721 autos** no país (+53,8% vs mar/2025), com a maior multa em PORTO VELHO/RO; a SEMA-MT autuou 587 em Mato Grosso. No acumulado do ano: 12.441 autos federais e R$ 3,60 bi em multas.

3. Notícias do mês

O que aconteceu em Março e afeta diretamente quem produz e quem é autuado — selecionado e comentado pelo escritório.

CONJUR · 19/03/2026

STJ: nem todo despacho interrompe a prescrição intercorrente em processo administrativo ambiental

A ConJur noticiou em 19 de março que nem todo despacho é capaz de interromper o prazo de prescrição intercorrente nos procedimentos sancionatórios federais — só têm esse efeito os atos que efetivamente impulsionem a marcha processual. A posição foi aplicada pela 1ª Turma do STJ para negar provimento a recurso especial do Ibama em caso de auto de infração por danos a 512 hectares de Floresta Amazônica, com multa de R$ 2,5 milhões. O TRF-1 havia considerado o procedimento prescrito por paralisação superior a três anos; o Ibama sustentava que qualquer despacho que movimente o processo, inclusive de repetição de diligência, interromperia o prazo.

Por que importa: Confirma, na instância superior, a tese de prescrição intercorrente de três anos que vem derrubando multas e embargos antigos do IBAMA.

Ler na fonte ›

AGÊNCIA PÚBLICA · 20/03/2026

PL sobre crimes ambientais em regime de urgência quer acabar com o embargo remoto do Ibama

O projeto de lei 2.564/2025, que altera a Lei de Crimes Ambientais e tramita em regime de urgência na Câmara, prevê o fim do embargo remoto e da destruição de equipamentos em áreas desmatadas. A estimativa de impacto de até 70% das ações do Ibama na Amazônia foi feita pelo diretor de Proteção Ambiental do órgão, Jair Schmitt, alcançando tanto as autuações feitas à distância por imagens de satélite quanto a apreensão e destruição de equipamentos.

Por que importa: O embargo remoto é justamente a modalidade que mais atinge o produtor autuado sem vistoria presencial — e seu futuro está em disputa no Congresso.

Ler na fonte ›

CNJ (ATOS NORMATIVOS) · 09/03/2026

CNJ publica Provimento 216/2026 com diretrizes nacionais para recuperação judicial do produtor rural

O Provimento nº 216, de 09/03/2026, prescreve diretrizes para o processamento de recuperação judicial e falência de produtor rural, pessoa física ou jurídica, a serem observadas pelos juízos de primeiro grau em todo o País. A norma fixa o que a petição inicial precisa demonstrar, o que o perito deve verificar antes do deferimento e quais créditos não se sujeitam aos efeitos da recuperação. Entre as exclusões está o crédito de dívida constituída nos três últimos anos anteriores ao pedido para aquisição de propriedade rural, e as respectivas garantias.

Por que importa: Quem tem crédito travado por embargo ou CAR suspenso precisa conhecer as novas exigências antes de recorrer à recuperação judicial.

Ler na fonte ›

CONJUR · 09/03/2026

A dispensa de licenciamento na Lei Geral de Licenciamento Ambiental

Artigo publicado em 9 de março aponta a Lei Geral de Licenciamento Ambiental (Lei 15.190/2025) como a maior mudança no sistema de controle administrativo ambiental

GREENPEACE BRASIL · 18/03/2026

STF inicia julgamento das ADIs 7774 e 7775, sobre leis de MT e RO e a Moratória da Soja

Em 18 de março o STF passou a analisar as ADIs 7775 e 7774, que questionam leis de Rondônia e Mato Grosso que retiram benefícios fiscais de empresas

desde a Política Nacional do Meio Ambiente. O texto analisa as hipóteses em que atividades deixam de se submeter ao licenciamento por decisão administrativa ou norma, com o controle prévio sendo substituído por atuação excepcional e posterior. A lei entrou em vigor em 4 de fevereiro de 2026 e os processos em curso devem se adequar às novas disposições.

Ler na fonte ›

que adotam compromissos ambientais privados. O julgamento, iniciado em março, só foi concluído meses depois, quando a maioria dos ministros reconheceu a constitucionalidade do acordo de não aquisição de soja de áreas desmatadas da Amazônia.

Ler na fonte ›

AGÊNCIA BRASIL · 16/03/2026

Operação Tamoiotatá 6 aplica R$ 28 milhões em multas e dezenas de embargos no sul do Amazonas

A operação, realizada entre 23 de fevereiro e 14 de março em municípios do sul do Amazonas, resultou em R$ 28 milhões em multas e envolveu diversos órgãos ambientais e de segurança. Foram identificados desmatamento ilegal, descumprimento de embargos e atividade agropecuária sem licença, com 63 autos de infração e 24 termos de embargo e interdição lavrados pelo instituto ambiental estadual.

Ler na fonte ›

SOUNEWS (MT) · 29/03/2026

Sema-MT leva regularização ambiental ao Show Safra e renova projeto em Lucas do Rio Verde

A Sema renovou com a prefeitura o acordo para a segunda fase do Lucas do Rio Verde Legal, com o objetivo de regularizar todas as propriedades rurais do município. Segundo a secretária adjunta de Gestão Ambiental, Luciane Bertinatto, a ideia é acolher o produtor para explicar o que falta em seu processo, em um balcão de atendimento iniciado durante a feira.

Ler na fonte ›

CONJUR · 13/03/2026

Recuperação judicial do produtor rural e os limites institucionais da atuação normativa do CNJ

Publicado em 13 de março, o artigo discute os limites institucionais da atuação normativa do CNJ após a edição do provimento com diretrizes para recuperações judiciais de produtores rurais. O texto contextualiza um setor marcado por oscilações cambiais, elevação do custo de produção, restrição de crédito e eventos climáticos adversos.

Ler na fonte ›



O **Diovane Franco Advogados** é um escritório especializado em Direito Ambiental e Direito do Agronegócio, fundado em **Sinop/MT** — coração do agronegócio brasileiro. Somos referência nacional na defesa de **produtores rurais, empresas do setor, cooperativas, sindicatos, federações e confederações** em todas as esferas: administrativa, judicial e consultiva.

O escritório é liderado pelo **Dr. Diovane Franco**, ex-servidor dos **Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões**, mestrando em Ciência Jurídica pela UNIVALI com período na **Universidad de Alicante** (Espanha), **Diretor Jurídico do Instituto de Direito Agroambiental**, membro do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador** e autor pela **Thomson Reuters** da obra Embargos Ambientais em Áreas Rurais (2025) — obra pioneira sobre a Teoria Geral do Embargo Ambiental no Brasil —, além de colunista regular em **Migalhas**, **ConJur** e **Compre Rural**.

Como mostram os julgados deste informativo, **boa parte das autuações não se sustenta quando enfrentada com técnica**. Conhecer o caminho certo, no prazo certo, é o que protege o seu patrimônio.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Defesa em autos de infração e multas do IBAMA e SEMA
- Desembargo de áreas e suspensão de embargos indevidos
- Prescrição de multas e nulidade de autuações
- Licenciamento, CAR, PRA e regularização fundiária
- Liberação de crédito rural travado por questão ambiental
- Crime ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

FALE COM O ESCRITÓRIO

Seu caso merece uma análise especializada

Cada auto de infração, cada embargo por satélite e cada nova regra pode significar a paralisação de uma fazenda ou o vencimento antecipado de uma dívida. Não enfrente sozinho.

ATENDIMENTO DIRETO

(66) 99955-5402

contato@diovanefranco.com.br · diovanefranco.com.br

DIOVANE FRANCO ADVOGADOS

Sinop/MT · Belém/PA · Brasília/DF · Novo Progresso/PA · Rio de Janeiro/RJ

Informativo Março/2026. Conteúdo informativo, não constitui parecer ou consulta jurídica. Dados de fiscalização: IBAMA (Dados Abertos) e SEMA-MT (Transparência).